

Não é exagero afirmar que os movimentos sociais constituem hoje um dos mais importantes objetos da investigação sociológica. O estudo de François Chazel (1995), por exemplo, credita a crescente presença de capítulos específicos sobre o tema nos tratados de sociologia mais recentes ao fato de que o campo vem ganhando autonomia no interior das ciências sociais: gradativamente vão sendo superadas as análises que os tratavam lateralmente, seja como uma mera modalidade do comportamento coletivo, seja como uma manifestação secundária dos conflitos de classe. No mesmo sentido, Klandermans e Roggeband (2007) argumentam pela necessidade de que os estudos sobre o tema, ainda que centralizados pela sociologia, articulem análises interdisciplinares para que as lutas – em sua origem, procedimentos, objetivos, discursos, estratégias etc. – sejam apreendidas sem recair em simplificações grosseiras. Conforme argumentam os autores centrais tratados neste trabalho de revisão bibliográfica, apesar dos relevantes avanços alcançados nas últimas décadas pelas pesquisas na área, ainda prevalecem análises que

redundam em certo reducionismo racionalista ao se esquivarem do tratamento das dimensões não imediatamente cognitivas do confronto. Na contramão, têm-se registrado nas últimas duas décadas novas propostas teóricas que viam uma expansão do escopo analítico da luta social. É delas que este artigo busca tratar.

Análises dos movimentos que fletam com a dimensão psicológica do ser humano não são exatamente novas, embora o tratamento atual o seja. Desde o início do século XX até a década de 1960, emergiram explicações de inspiração freudiana que equiparavam os movimentos sociais a outros agrupamentos marcados por sua irracionalidade². Não raro, eram concebidos como formas de comportamento cujas raízes deveriam ser buscadas na estrutura psíquica disfuncional de seus participantes; por conseguinte, tais análises focalizavam o indivíduo em suas frustrações, descontentamentos e queixas, e a adesão à coletividade era entendida como motivada pela fragilidade de vínculos sociais e comunitários³.

- 1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Estuda teoria crítica e justiça social, e sua pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Realizou este artigo durante vigência do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/Capes). E-mail: enricobueno@yahoo.com.br
- 2 Não se pretende, com isso, afirmar que esses trabalhos esgotam toda o amplo espectro analítico das ciências sociais para a ação coletiva. Pelo contrário, os estudos de Robert Park e Herbert Blumer abordavam, já na década de 1920, o comportamento coletivo enquanto expressão de desacordos de grupos em relação a regras e instituições sociais. O próprio Park, aliás, faz questão de estabelecer uma diferenciação conceitual entre “público” e “multidão”, a fim de não confundir os dois fenômenos associativos. Ver, por exemplo: Becker (1996) e Alexander (1998).
- 3 Breves comentários sobre essas abordagens podem ser encontrados em: Honneth (2013), McAdam e Tarrow (2011) e Alonso (2009). Uma referência costumeira para a abordagem das multidões é a *Psicologia das massas e análise do eu*, de Freud (2011).

Essas formulações foram crescentemente contestadas a partir da década de 1960 – e a temporalidade não é casual, dado que se trata de um período em que o conflito social pela igualdade civil pulula nos países de capitalismo avançado, sobretudo nos Estados Unidos. *A lógica da ação coletiva* de Mancur Olson (1999), publicada em 1965, lançou fundamentos para novas análises de grupo pautadas pelo individualismo metodológico. Na década seguinte, a chamada Teoria da Mobilização de Recursos, com McCarthy e Zald (1977) tomou corpo e propôs assimilar os movimentos sociais a partir desse olhar racionalista, equiparando-os a análises empresariais e os tratando de acordo com as categorias da sociologia organizacional. Quase que simultaneamente, Charles Tilly (1978) inaugurava outra vertente, a Teoria do Processo Político – mais tarde também chamada de Teoria do Confronto Político –, que propunha investigar a relação entre a emergência ou enfraquecimento dos grupos e as nuances macropolíticas que oportunizam, ou obstaculizam, as lutas.

Essa última proposição, que se ramificou nas décadas seguintes e recebeu volumosas adaptações locais e revisões conceituais, é hoje vastamente mobilizada em estudos de movimentos sociais. Nesse ínterim, os teóricos vinculados a ela ampliaram seu leque conceitual para dar conta da esfera da cultura e abriram suas portas a perspectivas sociológicas relacionais, de modo que análises recentes têm também buscado abranger “o nível mesossociológico, de constituição de teias de interdependência social que lhe dão forma” (ALONSO, 2009, p. 73). É dessa maneira que têm se destacado, por exemplo, os mapeamentos de redes sociais, com instrumentais analíticos informatizados e cada vez mais sofisticados.

Mesmo após a chamada “guinada cultural”, que influenciou intensamente os estudos de movimentos sociais a partir da década de 1980, há autores que permaneceram investindo contra um racionalismo exacerbado que permeria todas essas abordagens, propondo novas categorias e métodos para lidar com dimensões ainda vastamente subteorizadas. Dentre os trabalhos que caminham nesse sentido, há duas orientações que merecem destaque: a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth, que propõe tratar do lastro moral do conflito; e os trabalhos de James Jasper, Francesca Polletta e outros estudiosos, que têm buscado repensar as categorias centrais da Teoria do Processo Político com a finalidade de desvelar a importância dos sentimentos que transformam indivíduos comuns em ativistas e os sustentam enquanto tais.

O que converge nos trabalhos de Honneth e Jasper, não obstante as diferenças marcantes entre si, é a pretensão de expandir a análise da luta social de modo a abranger a dimensão da moralidade e das emoções. Ambas as teorias enfrentam o mesmo limite encontrado nas explicações rivais: aquilo que Honneth denomina “reducionismo utilitarista”, ou que Jasper chama de “racionalismo excessivo”. Assim, considerando que ambas as proposições alcançam avanços notáveis no debate, o objetivo deste estudo é averiguar suas convergências e diferenças, de modo a identificar os pontos de cisão irredutível e as potencialidades de contribuição recíproca entre as abordagens. Tendo em vista que ambos autores possuem vasta obra sobre o conflito social, tendo construído arcabouços conceituais amplos e riquíssimos, o texto não almeja realizar uma síntese da obra de cada autor – tarefa impossível a este espaço – mas antes enfatizar aquilo que suas abordagens, relevantemente distintas entre si, possuem em comum: moralidade e emoções nas lutas sociais⁴.

4 Algumas considerações teóricas desenvolvidas a seguir também são tratadas por mim em texto publicado pela revista *Perspectiva Filosófica* (SILVA, 2016).

Axel Honneth e a “gramática moral dos conflitos sociais”

A proposta teórica de Axel Honneth não se insere propriamente em uma tentativa de revisão das teorias dos movimentos sociais. Antes, sua obra principal sobre a questão, *Luta por reconhecimento: a gramática moral do conflito social* (2003), dialoga com a tradição da Escola de Frankfurt para desenvolver uma nova compreensão quanto ao papel do conflito moralmente motivado para a promoção de transformações que caminhem no sentido de alguma forma de emancipação, tratada na obra sob o conceito hegeliano de *eticidade*⁵. Sua formulação, por conseguinte, tem como pretensão última não uma disputa teórica referente ao debate descrito anteriormente, mas uma reformulação dos fundamentos da Teoria Social Crítica⁶, para desenvolver a hipótese segundo a qual “a dinâmica que emerge no desenvolvimento histórico das ordens sociais só pode ser completamente explicada pela ampliação da esfera da ação comunicativa de modo a incluir a dimensão negativa da luta” (HONNETH, 1991, p. xviii). Assim, mais que expandir o quadro analítico para os movimentos sociais, o autor almeja encontrar os fundamentos intersubjetivos das transformações culturais e jurídicas das sociedades modernas.

Sua obra mais aclamada apresenta em seu título os dois conceitos fundamentais à tese que sustenta, e os concatena de modo a construir um vínculo motivacional: a *luta* tratada é aquela que tem o *reconhecimento*

como motivação moral para aqueles que nela se engajam; é, ademais, uma *luta social*. O que significa, então, dizer que o *reconhecimento* é fundamento moral de uma *luta social*? Para começar a responder, cabe recorrer à breve definição apresentada no oitavo capítulo da obra, em que a luta social é descrita como

processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento. (HONNETH, 2003, p. 257, grifos meus).

Essa definição oferece indicativos importantes para a compreensão do quadro teórico da obra, articulando diversos elementos que requerem melhor explicação. Pode-se decompor essa síntese conceitual em quatro premissas: 1) as experiências individuais de *desrespeito* (e esse é um conceito chave) são decisivas para o desencadeamento de um “processo prático” conflituoso; 2) para que essas experiências se convertam em luta social é necessário que: a) sejam próprias de um grupo e b) sejam interpretadas enquanto tais; 3) a ponte entre a experiência de desrespeito coletivamente significada e o nascimento dos movimentos (ou engajamento dos indivíduos neles) aparece como possibilidade, não resultado fatal, devendo a pesquisa empírica encontrar as oportunidades e os obstáculos; 4) tais lutas visam, no limite, a ampliar as *relações de reconhecimento intersubjetivo*. A linha argumentativa aqui proposta terá

5 Ao ter como matriz de interlocução o trabalho de Jürgen Habermas (2012a, 2012b), seu antigo mestre na Universidade de Frankfurt, Axel Honneth dialoga também com a vertente de pesquisa *Teorias dos Novos Movimentos Sociais*. Ela comporta, além da análise habermasiana que concebe a emergência dos novos movimentos identitários como consequência da assim chamada “colonização do mundo da vida pelo sistema”, trabalhos de autores como Alain Touraine e Alberto Melucci. Apesar das nuances entre si, esses autores convergem na crítica ao marxismo ortodoxo (e à centralidade do mundo do trabalho para a análise do conflito social) tendo em vista as mudanças estruturais do capitalismo no século XX, que teriam aberto espaço a novos temas e agentes (cf. ALONSO, 2009, p. 59).

6 Por “Teoria Crítica” entende-se o legado da tradição teórica inaugurada por Max Horkheimer (1991) e o Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt na década de 1930.

como ponto de partida essa quarta premissa e, passando pelas demais, buscará alcançar a relação entre o desrespeito e a emergência do “processo prático” de conflito.

Inicialmente, é preciso considerar que a obra recebe importante impulso contextual: desde a década de 1960, uma miríade de conflitos tomou conta da cena pública nos Estados capitalistas de bem-estar, dividindo analistas quanto a seu potencial libertador. Estudantes, feministas, ecologistas, homossexuais e minorias étnicas, dentre outras coletividades, passaram a protagonizar disputas em torno de leis igualitárias, políticas públicas, visibilidade de práticas culturais e aceitação de modos de vida. Para justificar a teoria segundo a qual o denominador comum dessas lutas são as *expectativas de reconhecimento intersubjetivo*, Honneth busca atualizar teses desenvolvidas pelo jovem Hegel, com auxílio da psicologia social de Mead e da psicanálise de Winnicott. O que busca, afinal, são os fundamentos morais do conflito social contemporâneo, de modo a demonstrar a limitação das análises sociopolíticas que se renderam ao utilitarismo.

Para Hegel, a formação das relações de reconhecimento pelo sujeito se dá em três momentos: as relações amorosas, de teor afetivo, que têm nas relações familiares um momento fundamental; as relações jurídicas, de teor cognitivo, em que há o reconhecimento do sujeito pelo direito formal; e as relações éticas de solidariedade, cujo teor é de uma “intuição intelectual”, ou seja, o afeto tornado racional. Segundo o aprofundamento dado pela “atualização sistemática” de Honneth, uma construção não patológica da personalidade exige, no primeiro nível, uma separação bem-sucedida entre a criança e sua mãe, a partir da qual se faz possível estabelecer relações a um só tempo autônomas e interdependentes entre o Eu e o Outro concreto; no segundo nível, trata-se do reconhecimento do indivíduo pelas instituições jurídicas modernas enquanto sujeito

de direitos, o que implica seu reconhecimento pelo Outro generalizado enquanto pessoa de igual valor moral.

Honneth constata, a partir de vasta leitura da psicologia social de Mead, que ser reconhecido nesses termos não é o bastante para uma formação sadia da personalidade, dado que as características de um ator moralmente imputável, enquanto pessoa de direito reconhecida, não é suficiente para uma autorreferência positiva no que tange aos seus atributos pessoais e suas propriedades particulares. Para tanto, sua teoria foi conduzida a abranger também “uma forma de reconhecimento mútuo que propiciasse a confirmação a cada um não apenas como membro de uma coletividade, mas também como sujeito biograficamente individualizado” (HONNETH, 2003, p. 139). Isso remete o autor ao terceiro nível do reconhecimento, segundo o qual o indivíduo espera que suas características distintivas sejam apreciadas pelos parceiros; em outras palavras: espera relações sociais solidárias que lhe garantam o alcance de alguma estima social.

Desse modo, o autor propõe a hipótese de que o caminho que pode levar à confirmação de tais formas de reconhecimento – sobretudo da segunda e da terceira – se consolida historicamente de modo conflitivo, por meio das lutas por reconhecimento que têm como horizonte normativo a superação dos obstáculos relacionais à autorrealização. Esta, de acordo com a interpretação dada por Honneth à teoria de Hegel, se refere ao “processo em que um sujeito desenvolve capacidades e propriedades de cujo valor para o meio social ele pode se convencer com base nas reações de reconhecimento de seu parceiro de interação” (HONNETH, 2003, p. 147-148).

Segue-se que Honneth, ainda em diálogo com Mead, enxerga na negação de uma “autor-relação prática”, que permitiria ao indivíduo uma formação identitária não deformada, o impulso motivacional para a luta social que

teria sido ignorado por teorias de teor utilitarista. Dito de outro modo, o autor defende que o fundamento moral do conflito pode ser encontrado no estudo das experiências de desrespeito, através das quais é negada a expectativa dos indivíduos em serem intersubjetivamente reconhecidos, no que tange a sua integridade física, seus direitos e apreciação de seus caracteres individuais. Respectivamente, o desrespeito constituiria obstáculo à formação da autoconfiança – estabelecida pelo se sentir amado por uma pessoa vivenciada como Outro –, do autorrespeito – que permite a um cidadão se ver como seguro de si – e da autoestima – resultante do saber-se membro de um grupo em condições de realizações comuns, tendo seu valor próprio reconhecido pelos pares.

A conclusão segundo a qual as formas de desrespeito se encontram na base da emergência da luta social é reforçada através de duas postulações que Honneth desenvolve ao discutir a noção de *dignidade humana* em Ernst Bloch: que esta só pode ser definida pela determinação das formas de degradação e injúria; e que são as experiências negativas de desrespeito e insulto que fazem da exigência por dignidade a força motriz da História (HONNETH, 1992, p. 188). Construindo um conteúdo moral mais consistente para o termo vulgar de “desrespeito”, Honneth o categoriza conforme as três vias mencionadas, diferenciando os três tipos não de acordo com sua “intensidade” ou “gravidade”, mas com o tipo de autorrelação prática que é violado. O desrespeito pode constituir a negação da integridade física – em que a pessoa é privada da livre disposição sobre o seu próprio corpo –, a exclusão estrutural da posse dos direitos fundamentais de uma sociedade – que afeta a capacidade de se conceber como parceiro de interação em condições jurídicas iguais às dos demais indivíduos – ou de negação e desvalorização de formas de vida tidas como inadequadas de acordo com a hierarquia dos

valores sociais – que impede o indivíduo de se saber estimado em suas idiossincrasias e habilidades pelo conjunto da sociedade.

Chega-se, assim, a um fundamento com traços universalistas para a explicação do fenômeno que, contemporaneamente, tomou a forma de ações coletivas mobilizadas por movimentos sociais. Estes, por mais impessoais que tenham se tornado e por mais estratégicos que sejam em suas decisões cotidianas, guardariam alguma ponte semântica para com as experiências privadas de seus membros lesionados – ponte resistente o suficiente para constituir uma identidade coletiva entre esses membros.

O movimento que Honneth realiza é deslocar o foco de análise dos elementos socioestruturais do conflito para o âmbito intersubjetivo da construção da moralidade, cujo processo é compreendido pela chave negativa do conflito. Isso não significa ignorar que tais elementos de cunho macrosociológico estejam implicados no processo de negação do reconhecimento, mas apenas estabelecer um recorte que permita compreender o papel do sentimento de injustiça para a eclosão da luta. Tal opção implica em tratar seriamente das mediações entre a experiência subjetiva de desrespeito e o engajamento dos indivíduos em contendas políticas através de movimentos sociais – o que nos conduz aos fatores emotivos que emergem da negação de uma autorrelação prática, posto que o sentimento ocupa um papel fundamental nas três dimensões e se faz elemento motivacional central para a mobilização. No fragmento que segue, Honneth sintetiza de modo mais sólido essa leitura:

Nem em Hegel nem em Mead havia-se encontrado uma referência à maneira como a experiência de desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta ou num conflito prático; faltava de certo modo o elo psíquico que conduz do mero sofrimento à ação ativa, informando cognitivamente a pessoa atingida acerca de sua situação social. *Gostaria de defender a tese de que essa função pode ser cumprida por reações*

emocionais negativas, como as que constituem a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo; delas se compõem os sintomas psíquicos com base nos quais um sujeito é capaz de reconhecer que o reconhecimento social lhe é denegado de modo injustificado. A razão disso pode ser vista, por sua vez, na dependência constitutiva do ser humano em relação a experiência do reconhecimento: para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações; se uma tal forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas como a vergonha ou a ira. (HONNETH, 2003, p. 219-220, grifos meus).

As emoções se fazem, nessa medida, indispensáveis ao analista que procura compreender a emergência do conflito em seus fundamentos; elas são compostas pelos “sintomas psíquicos”, manifestações psicológicas das expectativas morais socialmente negadas e que resultam em uma distorção da autorrelação dos sujeitos. A lacuna afetiva aberta pelo desrespeito, ou pela negação do autodesenvolvimento das capacidades individuais, faz desencadear determinadas reações emocionais que, de um ponto de vista motivacional, constituem o impulso para a resistência social e para o conflito.

Não obstante a relevância dada à dimensão psicoafetiva, o autor é claro em sua compreensão de que a experiência de desrespeito, emocionalmente vivida e sentida, ainda não é condição suficiente para a emergência da luta. Para que seja encaminhada em termos de “processo prático” através de uma coletividade, o impulso emotivo desencadeado pelo desrespeito precisa ser convertido em um discurso inteligível. Isso não significa dizer que o passo para a constituição do movimento social implique na renúncia aos fatores emotivos, mas que os sentimentos envolvidos também devem expressar termos de conteúdos cognitivos: discursos significativos aos sujeitos que sistematizem os motivos da resistência política, trazendo diagnósticos, prognósticos e propostas de intervenção.

Desse modo, a articulação entre indivíduos de modo a constituir um movimento social aparece como relevante não apenas por oferecer a possibilidade de unificação de forças e a partilha de experiências comuns, mas também porque tal articulação constitui o meio que possibilita a interpretação das experiências de desrespeito enquanto próprias de um grupo; por conseguinte, ela se torna um canal indispensável para a circulação de projetos políticos que visem a superação do desrespeito em seus fundamentos. O movimento social propicia, assim, a significação em termos cognitivos da injustiça percebida em termos afetivos quando da ruptura das expectativas morais dos sujeitos. Por outro lado, o autor não restringe a disponibilidade factível do movimento social como único aspecto definidor do “entorno político e cultural dos sujeitos atingidos” (HONNETH, 2003, p. 224), e, embora não avance na aproximação com a Teoria do Processo Político, abre as portas para estudos empíricos que possam identificar outras características desse entorno com potencial para estimular ou obstacularizar a eclosão do conflito: configurações institucionais, grau de democratização dos processos formadores da opinião pública, mecanismos ideológicos capazes de comprometer a disputa interpretativa quanto às raízes do desrespeito etc.

Quanto ao desfecho de tais lutas, Honneth entende que jamais é definitivo nas sociedades modernas; nelas, as relações de estima social e os direitos civis, políticos e sociais estão sujeitos a disputas permanentes por reconhecimento, em que os indivíduos e os grupos buscam elevar a valoração social de suas formas de vida, ampliando as possibilidades de concretização de suas expectativas morais perante os demais. Entretanto, a estabilização temporária que as lutas podem conquistar passa, essencialmente, pela disputa das atenções públicas:

Quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. (Ibid., p. 207).

Sendo que a proposta de *Luta por reconhecimento* (HONNETH, 2003) é tratar dos fundamentos morais do conflito – não precisamente das infinitas possibilidades de seu desenrolar –, não há uma formulação mais precisa sobre a esfera pública; o fragmento apenas esclarece que a elevação do “valor social” dos membros de um grupo passa pela disputa da opinião pública, remontando a um conceito importante da teoria habermasiana. De fato, aquilo que Habermas (2014) havia teorizado como “esfera pública” é decisivo para se pensar os processos de construção da moralidade a partir das interações sociais da vida cotidiana. Trata-se, concisamente, das arenas da vida social nas quais grupos ou pessoas privadas desenvolvem argumentos mediante razões, de modo a colocar em questão os consensos morais estabelecidos no tecido social, podendo, ou não, resultar na substituição de visões de mundo ancoradas em tradições não reflexivas por entendimentos normativos comunicativamente alcançados.

Pelo próprio caráter do trabalho, a teoria de Honneth não visa a dar conta das minúcias que constituem o salto entre as percepções individuais de desrespeito e a formalização de uma associação humana que se estabelece através de regras, causas, signos identificativos, estratégias, vínculos institucionais etc. Ademais, sequer há uma definição nítida do que se entende por “movimento social”. Nesse sentido, o trabalho de Honneth não se apresenta propriamente como uma teoria do movimento social, mas como uma teoria multidisciplinar da violação moral das expectativas relacionais do ser humano, que aponta para seu sentido normativo e suas possíveis consequências.

James Jasper e a “política passional”

Assim como Axel Honneth, James Macdonald Jasper vê como limitadas as empreitadas teóricas que tratam dos movimentos sociais em sua dimensão racional-cognitiva de modo irredutível. E, mais ou menos na mesma época que Honneth, desenvolve ampla pesquisa sobre os movimentos antinucleares e pelo direito dos animais, que acaba resultando em sua conhecida obra de fôlego, *The art of moral protest* (1997), trabalho que lança os fundamentos para o desenvolvimento, nos anos seguintes, de textos sobre as “emoções de protesto”, com destaque para o artigo homônimo publicado em 1998. A partir desses dois trabalhos, além de contribuições ulteriores do autor, é possível traçar as características centrais dos estudos recentes que visam a argumentar que as emoções importam para a ação coletiva.

Antes de tudo, é preciso uma ressalva: a concepção de “moral” em Jasper carrega um significado ligeiramente distinto em relação à proposta de Honneth. Se lá tinha como referência as expectativas que o indivíduo constrói intersubjetivamente para as interações sociais concretas e generalizadas em que se envolve, a ênfase aqui recai de modo mais genérico sobre o senso interior dos sujeitos, sua auto percepção, autoavaliação e suas visões quanto ao agir justo e correto perante o mundo. Resumidamente, Jasper justifica essa dimensão como relevante para o estudo dos movimentos sociais nos seguintes termos:

O protesto é um dos principais mecanismos que as sociedades modernas possuem para avaliar suas visões morais de mundo mais elementares, para cristalizar sensibilidades internas. A maioria dos movimentos de protesto esforça-se para nos fazer pensar sobre nossas intuições, questionar práticas que tomamos previamente como certas e derivar ideologias das nossas intuições. (JASPER, 1997, p. 162).

Já na obra de 1997, mas de modo mais acentuado nos anos seguintes, Jasper busca ampliar seu escopo analítico para além da moralidade, almejando abranger também o estudo das emoções. De modo geral, os trabalhos que, no seio da Teoria do Processo Político, orbitam em torno dessa questão – que podem ser agrupados sob o signo de “política passional” – desejam superar duas concepções distorcidas que comprometem seu objetivo: a primeira é uma compreensão indistinta das emoções, uma vez que o termo pode se referir monoliticamente a um conjunto de experiências muito diversas; a segunda é a associação costumeira entre emoções e irracionalidade – que se deve, por um lado, aos antigos estudos sociopsicológicos sobre multidões, e, por outro, a certa interpretação weberiana que se consolidou nas ciências sociais. O primeiro passo dos proponentes dessa nova abordagem foi, portanto, desfazer esses nós.

A emergência desses estudos tem como pano de fundo a chamada “guinada cultural” nas ciências sociais das últimas três décadas, que trouxe ao campo de análise dos movimentos a compreensão de que valores, ideologias, crenças e percepções importam como variáveis relevantes ao pesquisador, questionando tanto os modelos pautados pelo individualismo metodológico quanto as análises de teor estrutural-funcionalista. Esse novo horizonte não apenas está ligado às novas interpretações do conflito social – sejam de cunho pós-estruturalista, sejam vinculadas às “teorias dos novos movimentos sociais” –, como também influenciou os modelos que emergiram nos anos 1970, de modo que, por exemplo, a Teoria do Processo Político passou a valorizar ainda mais as identidades, interpretações de mundo e significações em seus estudos (TARROW, 2011). É nesse último bloco que o trabalho de Jasper se insere: seu objetivo é revisar alguns dos conceitos centrais do Processo Político, de modo a abrir espaço para compreender o papel

das emoções nas mobilizações. Contrapondo-se a outros estudiosos da cultura que se destacaram nos anos de 1990, o autor demonstra que os conceitos fundamentais com os quais se costuma apreender o elemento cultural do conflito – como identidade, pertencimento e enquadramento interpretativo (*framing*) – não podem ser reduzidos à dimensão cognitiva, sendo necessário se debruçar sobre o fator emotivo que os permeia.

A teoria proposta concebe as emoções como culturalmente construídas – e, portanto, imbricadas à cognição, ainda que não redutíveis a ela – mais que como respostas automáticas não racionais. Elas não devem, portanto, ser confundidas com “sentimentos” (*sentiments*), no sentido corrente do termo – sensações naturais que se originam no corpo e estão além do controle de quem as experiencia. Para ser preciso, a noção de cultura em Jasper é tripartite: compreende *visões morais*, para as quais pesam não apenas as idiossincrasias biográficas mas também o contexto socio-cultural, *concepções cognitivas*, as formas de interpretação e significação dos fenômenos, processos e relações sociais e *emoções*, as quais são “apreendidas e controladas através da interação social, embora nunca com completa efetividade” (JASPER, 1998, p. 399). Desse modo, a guinada proposta pelo autor alcança uma nova forma de lidar com o fator emotivo imbuído na formação de grupos com pretensão política, concebendo-o, de forma afastada de alguns interlocutores, em sua dimensão cultural, ou seja, a emoção enquanto construção mediada por um entorno interacional, historicamente situado. Não se pretende afirmar que as emoções não comportem elementos biológicos com alguma universalidade ou que deixem de carregar relações com a histórica psicológica de cada sujeito, mas, antes, apontar que há um elemento cultural intrínseco e irredutível no componente emocional, e que ele é central para a análise.

Dessa maneira, a abordagem de Jasper e de outros pesquisadores da área evita os campos da biologia e da psicologia, entendendo que emoções, cognição e moralidade são componentes inseparáveis do contexto sociocultural que informa o engajamento ou a resignação dos sujeitos. Diante da interpretação substantivista que se fez da tipologia weberiana da ação ao longo do século XX, a *guinada emocional* é taxativa: não há ação social sem o elemento emotivo. Em resposta, Jasper aponta que as emoções comportam uma diversidade cultural, na medida em que são formadas diferentemente em cada contexto; são “constituídas mais por significados sociais compartilhados do que por estados psicológicos automáticos” (JASPER, 1998, p. 400); envolvem crenças e suposições abertas à persuasão cognitiva; e estão vinculadas a valores morais, comumente emergindo a partir da infração de regras.

Ao longo dos últimos vinte anos, os partidários dessa tese propuseram diferentes maneiras de categorizar as emoções, a fim de compreender melhor quais são as que tendem a favorecer o ativismo político, quais tendem à resignação e quais não importam diretamente ao debate (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2001, 2004; JASPER, 1998, 2011). O próprio Jasper acabou por desenvolver, em trabalhos com colegas, tipologias

diferentes para a apreensão das emoções. Duas delas são particularmente interessantes.

A primeira pode ser encontrada no texto introdutório à coletânea de 2001, denominada *Passionate politics*. Jasper, Polletta e Goodwin, organizadores do livro, propõem uma categorização sobre dois eixos: o primeiro indica a *escala de tempo*, dividindo as emoções entre as de duração mais longa e mais curta; o segundo estabelece o *escopo*, distinguindo as emoções que possuem um objeto específico daquelas que não o possuem. A Tabela 1 sintetiza essa classificação:

Concebendo que as emoções, as formas de expressá-las e os fundamentos de sua emergência são variáveis no tempo e no espaço, os autores acreditam que é possível distinguir algumas mais imediatas e universais – como raiva e surpresa – de outras, mais elaboradas – como indignação ou vergonha; compreendem, entretanto, que uma “mesma” emoção pode assumir diferentes formas conforme os indivíduos e o contexto sociocultural. O essencial é que “algumas emoções são mais construídas que outras, envolvendo maior processamento cognitivo” (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2001, p. 13); são emoções que dependem mais da interpretação e elaboração intelectual do indivíduo a respeito dos eventos que o cercam. Estas seriam as mais relevantes à política, como o ultraje moral, a vergonha, o orgulho e a indignação.

Tabela 1
Tipologia das emoções

| Escala de tempo | Escopo | |
|--------------------|--|---|
| | Possui objeto específico | Geral |
| Duração mais longa | Ódio, amor, compaixão, simpatia, respeito, confiança, lealdade, ultraje moral, algumas formas de medo (pavor). | Resignação, cinismo, vergonha, paranoia, desconfiança, otimismo, orgulho, entusiasmo. |
| Duração mais curta | Outros medos (susto, aflição), surpresa, choque, raiva, luto, tristeza. | Ansiedade, alegria, euforia, abatimento. |

Fonte: GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2001, p. 11

Outro esquema classificatório é o proposto pelos mesmos autores poucos anos depois. Em texto de 2004, Jasper, Goodwin e Polletta elencam quatro grupos de emoções: emoções reflexivas, laços afetivos, humores e emoções morais. A primeira categoria, das *emoções reflexivas*, não faz referência a qualquer ideia de “reflexão” ou “reflexividade”, mas a *reflexos*, reações de fundo natural que os indivíduos apresentam diante de determinadas situações repentinas ou surpreendentes. São essas emoções, em particular, que podem ser eventualmente associadas a reações irracionais, porque usualmente ocorrem sem haver um pensamento a seu respeito: costumam envolver um processamento da informação por mecanismos não conscientemente cognitivos. Isso não significa que sejam emoções pura e simplesmente irracionais, já que encerram processos complexos de avaliação. Exemplos desse tipo são o medo, a surpresa, a raiva, o nojo, a alegria e a tristeza.

Os *laços afetivos* constituem o segundo grupo de emoções, compreendendo o amor, o ódio, o respeito e a confiança, normalmente persistindo por um período mais longo de tempo. Eles podem estimular ou desestimular a participação nos movimentos, uma vez que possuem grande relevância para determinar nossa avaliação, seja ela positiva ou negativa, dos compromissos ou dos investimentos aos quais aderimos: os indivíduos tendem mais a participar de organizações nas quais há envolvimento afetivo com pessoas, lugares, coisas e ideias. Além disso, essa categoria de emoções ajuda a enxergar além do utilitarismo recorrente nas análises dos movimentos sociais, uma vez que “não nos organizamos apenas para perseguir nossos interesses materiais, mas para ajudar aqueles que amamos e punir aqueles que odiamos – afeições que podem surgir durante o curso do conflito ou mesmo instigá-lo” (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2004, p. 418).

O terceiro grupo é formado pelos *humores*, emoções que não possuem um objeto direto e são “transferíveis” de um contexto a outro, de modo que um humor formado em determinadas condições pode afetar as atitudes de um indivíduo em outra hora e lugar. Bons humores podem fomentar otimismo, enquanto maus humores o contrário; são, por isso, utilizados pelas lideranças que querem estimular o ativismo. Discursos que incitam a esperança e o entusiasmo, por exemplo, podem promover a ação coletiva, enquanto circunstâncias que induzem ao abatimento e à resignação são desfavoráveis às intenções das lideranças. Tais emoções não derivam necessariamente das perspectivas concretas de sucesso da empreitada, podendo ser suscitadas por circunstâncias diversas, internas ou externas ao movimento.

Enfim, as *emoções morais* – empatia, orgulho, vergonha, compaixão, ultraje, inadequação – são indispensáveis para a análise do ativismo: “elas refletem as variações e construções culturais mais do que as emoções reflexivas. Muitas delas refletem os julgamentos, muitas vezes implícitos, das nossas próprias ações” (Ibid., p. 422). Assim, os movimentos trabalham para inspirar emoções morais que se alinhem com suas agendas e mobilizem seu público: buscam converter vergonha em orgulho, indiferença em compaixão, inadequação em empoderamento. Esses sentimentos – tanto os que desestimulam a luta quanto aqueles que buscam suscitá-la – são produzidos e significados em contextos socioculturais. O que gera vergonha ou orgulho em uma época e lugar não são os mesmos fatores que promovem as mesmas emoções em outros contextos. É verdade que todas as emoções – até mesmo as reflexivas – são em alguma medida condicionadas pelo elemento cultural; mas para as emoções morais esse elemento é mais decisivo, de modo que os movimentos trabalham para transformar, ou mesmo subverter, valores

culturais vigentes, propondo novos paradigmas de percepção, valoração e significação.

As formulações propostas por Jasper, Polletta e Goodwin (2001, 2004) – e outros pesquisadores que desenvolveram estudos sobre a mesma hipótese central – são convincentes, em suma, ao apontar que as emoções importam à análise das organizações de movimento social que se colocam em contendas políticas. Um bom trunfo para a aceitação dessas perspectivas é a ausência de uma pretensão totalizante: os autores não pretendem dar conta de todos os elementos motivadores ou desestimulantes do conflito, mas enriquecer a Teoria do Processo Político com estudos mais aprofundados sobre uma dimensão antes subestimada do ativismo. Por exemplo, o conceito de *enquadramento interpretativo* (*framing*), caro às análises contemporâneas propostas por essa corrente, tem sido repensado para superar certa redução cognitivista a qual o campo está sujeito, de modo a tentar apreender as diferentes reações emocionais possíveis de serem suscitadas pelas diversas maneiras de se oferecer discursivamente uma significação inteligível do problema a ser enfrentado.

Nesse sentido, é preciso destacar que a contribuição desses autores transcende a melhor compreensão das motivações dos indivíduos, ajudando também a analisar o uso estratégico que os atores sociais em conflito fazem das emoções, próprias e dos oponentes: movimentos formulam maneiras de provocar reações morais e de ampliar a visibilidade e a aceitação de sua agenda; lideranças buscam insuflar otimismo, entusiasmo, acolhida e benquerença mútua entre os participantes, além de estimular raiva, desprezo ou mesmo nojo em relação aos opositores; analogamente, o Estado e os grupos de interesse utilizam instrumentos específicos para provocar temor, desesperança ou resignação naqueles que os desafiam. Dessa maneira, o estudo das emoções importa não só para análises microsociológicas, mas também

para apreensão de estruturas, processos e relações abrangentes, envolvendo partidos políticos e instituições estatais.

Assim, da perspectiva da *passionate politics*, as emoções se tornam elemento decisivo para o estudo da ação coletiva. Elas permeariam o conflito social em diferentes níveis: nos seus *elementos motivacionais*, dado que raiva, vergonha, indignação, ultraje moral etc. podem constituir gatilhos para o envolvimento dos indivíduos em coletividades preestabelecidas, ou para o nascimento de novas coletividades; nos seus *meios de atuação*, uma vez que atores e grupos em disputa buscam suscitar sensações, emoções e sentimentos nos sujeitos, podendo engendrar solidariedades coletivas, desenvolver interações rituais efusivas, suscitar maior ou menor radicalização ou sentido de disciplina etc.; e no *estabelecimento de seus objetivos*, tais quais o alcance de uma reputação desejada, a satisfação de urgências físicas, o estabelecimento de conexões humanas que superem um quadro de exclusão, dentre outros.

Por fim, no que tange à dificuldade metódica de apreensão empírica das emoções, os autores não se permitem deixar levar pelo subjetivismo. Assim, eles propõem que as mesmas abordagens utilizadas para estudos de crenças e moralidade podem ser aplicadas, de acordo com as pretensões de cada pesquisa: *surveys* podem trazer informações dos participantes ou estratégias emocionais dos líderes; os informantes podem ser indagados diretamente ou pode-se elaborar métodos de apreensão das emoções a partir de questionários que permitam explicitar, direta ou indiretamente, estados emocionais; a observação participante pode trazer à tona a “cultura emocional cotidiana dos movimentos” (GOODWIN; JASPER; POLLETTA, 2004, p. 425) e reações emotivas inscritas na articulação corporal dos participantes; registros históricos podem elucidar dispositivos estratégicos de movimentos antigos em seu trato das emoções; discursos e

palavras de ordem que mobilizem fatores emotivos podem ser estudados com instrumentais linguísticos; e, enfim, registros visuais podem evidenciar o repertório emocional contido em protestos.

Um interessante exemplo de investigação das “emoções de protesto” se encontra no estudo de Nancy Whittier (2001) sobre o movimento de combate ao abuso sexual infantil nos Estados Unidos. Com foco nas associações compostas por adultos sobreviventes do abuso, Whittier dividiu seu procedimento investigativo em três etapas: primeiro, foram conduzidas longas entrevistas semiestruturadas com 45 ativistas de todo o país, sendo que a proporção dos participantes – segundo recortes de idade, sexo e identificação étnica – correspondia aproximadamente aos dados demográficos do movimento em questão. Em seguida, foi feita análise documental das associações estudadas – panfletos, atas de reuniões, programas de conferências, páginas virtuais etc. O terceiro passo, enfim, foi a realização de observação participante em congressos de ativistas. Assim, por meio dessa metodologia mista, a autora constatou que os participantes desse movimento reconstróem conscientemente suas emoções – bem como a forma como são expostas e politicamente mobilizadas –, sendo que a própria expressão dos sentimentos era uma atitude encorajada entre os participantes:

Os ativistas veem a expressão emocional como uma forma de quebrar o silêncio e o segredo que caracterizam o abuso sexual infantil, de liberar as emoções que não podiam expressar quando crianças, e de aprender a confiar em seus próprios sentimentos depois de terem sido estimulados a negar aqueles sentimentos resultantes do abuso. (WHITTIER, 2001, p. 236, tradução minha).

Citando textualmente trechos emblemáticos de depoimentos, percorrendo sobre os documentos averiguados e mencionando acontecimentos observados, a rica pesquisa

de Whittier alcança uma conclusão que analiticamente divide o papel das emoções em três dimensões relevantes da luta. A primeira dimensão se refere aos processos interpretativos internos pelos quais as emoções são reconstruídas continuamente por meio da dinâmica entre os participantes e suas interlocuções internas. O segundo fator diz respeito à mobilização pública, em que a expressão de sentimentos é estrategicamente articulada para dar voz ao grupo em questão e mobilizar a sociedade. O terceiro aspecto, enfim, trata da importância das oportunidades emocionais dadas pelo contexto externo, isto é, as expectativas emocionais que permeiam, em cada época, as instituições dentro das quais o movimento opera.

Mais que as conclusões da autora para o caso, importa constatar o indicativo teórico-metodológico dado por seu trabalho, que estimula a aplicação de métodos mistos para a análise. A escolha procedimental, entretanto, parece mais plausível se estabelecida *ad hoc*, considerando as especificidades do objeto em questão e com o valioso respaldo da literatura teórica sobre o tema. Não deixa de ser notável, de todo modo, uma clara diferença em relação às análises inspiradas na teoria de Honneth: se lá se buscava visualizar as relações entre distorções da personalidade e emergência do conflito, aqui a ênfase se aproxima mais da antropologia social e da sociologia, dada a tendência mais cultural que psicológica que subjaz às teorias da política passional.

Concisamente, enfim, pode-se colocar da seguinte maneira a contribuição da *guinada emocional*: dado que a Teoria do Confronto Político tratou, até então, dos fatores *exógenos* ao fortalecimento, à expansão, à ação e às estratégias dos movimentos sociais, a *passionate politics* procura enriquecê-la ao trazer à tona os elementos *endógenos*, a saber, os efeitos da esfera relacional dos ativistas sobre as suas subjetividades, experiências e emoções que

influenciam sua disposição a agir, a se manter na associação, a aderir às lideranças ou a permanecer em suas casas durante o conflito. Por outro lado, dá também espaço para uma abordagem quanto ao aproveitamento utilitário das condições emocionais dos sujeitos – seja por parte das instituições políticas ou da organização em luta.

Apontamentos conclusivos

Grosso modo, as duas teorias almejam uma contraposição a vertentes de análise que tomam por “utilitaristas” ou “racionalistas”, ao postular que a dimensão afetiva do ser humano tem relevância no esforço de compreender as diversas formas de ação coletiva e, mais especificamente, a emergência dos movimentos sociais e o engajamento dos indivíduos nesses movimentos. De modo a concluir brevemente, pode-se elencar suas divergências centrais e os potenciais de interlocução.

Os eixos centrais de disparidade entre as propostas podem ser encontrados na raiz epistemológica e metodológica de cada uma. A tradição da Teoria Crítica, que Honneth reivindica para seu trabalho, traz consigo uma pressuposição filosófica quanto à “totalidade do social”, questionando o problema da neutralidade axiológica da pesquisa social, e, assim – em função de sua ruptura radical com o positivismo –, costuma encontrar dificuldades na aplicabilidade para apreensão de estruturas, processos e relações empíricas particulares fora dessa referência totalizante. Os proponentes da *passionate politics*, por sua vez, parecem mais comprometidos em revisar e ampliar um modelo aplicável de assimilação empírica dos movimentos, de modo a ressaltar a relevância do papel das emoções para o engajamento dos indivíduos, bem como as estratégias dos movimentos e os efeitos de determinadas dinâmicas políticas sobre a disposição ou não para a participação. Não há, aqui, qualquer

finalidade normativa que seja inerente à formulação, qualquer tipo de problematização do contexto social que informa a produção teórica, e muito menos um diagnóstico totalizante do tempo presente.

Enquanto, de um lado, os trabalhos sobre a política passional contribuem com um arcabouço mais minucioso e preciso ao distinguir a diversidade das emoções e o potencial de cada uma para fomentar o engajamento político, a teoria do reconhecimento, de outro, dá um passo além, em sentido normativo e reflexivo, na medida em que coloca a perspectiva do reconhecimento intersubjetivo como sentido moral dos sentimentos oriundos da percepção da injustiça e das mobilizações que dela resultam, oferecendo uma orientação para a emancipação pautada na emergência de uma vindoura sociedade que se caracterize pelos traços de uma comunidade ética, conforme teorizada por Hegel (1979). Assim, faz-se notável que o estatuto conceitual de termos como “moralidade” e “emoções” é diferente nos dois quadros teóricos. Para Jasper, “moralidade”, “emoções” e “cognição” são três pilares de uma noção mais abrangente de cultura, constituindo elementos analiticamente distintos na explicação do conflito social, embora imbricados nas relações concretas. Honneth, por sua vez, trabalha a emoção enquanto elemento mediador entre as expectativas morais e a emergência da luta; a emoção que importa para ele, e que serve de explicação do conflito social, é aquela que resulta da violação das expectativas de interação social.

Não obstante as muitas diferenças de fundamentação e de recorte analítico, o diálogo entre essas duas abordagens parece não só ser plausível como também possivelmente muito enriquecedor para ambas. Para a *passionate politics*, alguns elementos da teoria do reconhecimento podem vir a provocar formulações mais profundas quanto à moralidade socialmente construída que se encontra

entrelaçada com os sentimentos emergentes em situações de injustiça. Assim, não parece inevitável que essa corrente importe, junto da concepção de moralidade, também o teor normativo da teoria do reconhecimento. Ademais, o conceito abrangente de *reconhecimento* – retirado de seu contexto teórico-crítico para se adequar ao tipo de análise proposta por Jasper – pode ser colocado à prova nos estudos empíricos sobre emoções e ação coletiva, a fim de se investigar quanto à existência ou não de tal “solo comum” sobre o qual emergiriam os sentimentos de indignação, nojo, frustração, raiva etc.

Para a Teoria Crítica do Reconhecimento, a formulação mais detalhada e mais empiricamente calcada dos proponentes da *guinada emocional* pode auxiliar a destrinchar com maior clareza a importante mediação constituída pelas emoções. Pois se é verdade que Honneth dedica vastas páginas a analisar os caminhos pelos quais as formas de desrespeito podem se verter em emoções, o mesmo não se pode dizer a respeito do estudo, em si, de tais emoções. Seu trabalho não se preocupa em detalhar as peculiaridades de cada categoria de

emoções e de que maneira cada uma pode, ou não, desaguar em mobilizações. Isso significa que, se a perspectiva de Jasper estiver correta – dentro de uma concepção “tradicional” de teoria –, ela pode auxiliar a teoria do reconhecimento a esclarecer melhor as razões pelas quais em alguns casos o sentimento de desrespeito se converte em lutas sociais e em outros não; isso para mencionar apenas a dimensão emocional, uma vez que a Teoria do Processo Político também pode ajudar a responder tais questões por outras vias.

Uma interlocução mais disposta e aberta entre as duas abordagens – em certos pontos até mesmo inconciliáveis – pode resultar em proposições mais sofisticadas: de um lado, as teorias da *guinada emocional* podem se fortalecer na medida em que tracem diálogos mais profundos com a questão da moralidade e da expectativa normativa dos sujeitos; de outro, os partidários da teoria do reconhecimento podem se valer de pistas metodológicas com maior calibragem para compreender com mais detalhes os sentimentos aflorados pela injustiça e de que maneira eles são canalizáveis ou não para a ação coletiva.

Referências

- ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 5-31, 1998.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- BECKER, H. A Escola de Chicago. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.
- CHAZEL, F. Movimentos sociais. In: BOUDON, R. (Org.). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 283-323.
- FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do Eu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas, v. 15).
- GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. Introduction: why emotions matter. In: GOODWIN J.; JASPER, J. M.; POLLETTA, F. (Orgs.). *Passionate politics: emotions and social movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001. p. 1-24.

- _____. Emotional dimensions of social movements. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. *The Blackwell Companion to Social Movements*. Malden: Blackwell Publishing, 2004. p. 413-432.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012a. v. 1.
- _____. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012b. v. 2.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Unesp, 2014.
- HEGEL, G. W. F. *System of Ethical Life and First Philosophy of Spirit*. Trans. H. S. Harris and T. M. Knox. Albany: State University of New York Press, 1979.
- HONNETH, A. *The critique of power: reflective stages in a Critical Social Theory*. Cambridge: MIT Press, 1991.
- _____. Integrity and disrespect: principles of a conception of morality based on the Theory of Recognition. *Political Theory*, Beverly Hills, v. 20, n. 2, p. 187-201, 1992.
- _____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- _____. O Eu no Nós: reconhecimento como força motriz de grupos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 56-80, 2013.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. Trad. Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. *Textos escolhidos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1991. p. 31-67. (Coleção Os pensadores).
- JASPER, J. M. *The art of moral protest*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- _____. The emotions of protest: affective and reactive emotions in and around social movements. *Sociological Forum*, Hoboken, v. 13, n. 3, p. 397-424, 1998.
- _____. Emotions and social movements: twenty years of theory and research. *The Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 37, p. 285-303, 2011.
- KLANDERMANS, B.; ROGGEBAND, C. *Handbook of social movements across disciplines*. New York: Springer, 2007.
- MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do context político da contestação. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 18-51, 2011.
- MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SILVA, E. P. B. Moralidade intersubjetiva e política passional: abordagens sobre a dimensão emotiva da luta social. *Perspectiva Filosófica*, Recife, v. 43, n. 2, p. 113-141, 2016.

TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. New York: Cambridge University Press, 2011.

TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Reading: Addison-Wesley, 1978.

WHITTIER, N. Emotional strategies. In: GOODWIN, J.; JASPER, J. M.; POLLETTA F. (Orgs.). *Passionate politics: emotions and social movements*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001. p. 233-250.

Resumo

Para além da razão utilitária: moralidade e emoções na luta social

O artigo propõe um contraponto entre duas vertentes contemporâneas de teoria dos movimentos sociais que tratam do papel das emoções e da moralidade para a análise do conflito: a teoria do reconhecimento de Axel Honneth e os estudos de James Jasper sobre política passional. Por meio de uma revisão bibliográfica, busca-se identificar os pontos de convergência e divergência entre as duas propostas, indicando possibilidades de interlocução.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Ação Coletiva; Emoções; Reconhecimento.

Abstract

Beyond utilitarian reason: morality and emotions in social struggle

The paper does a comparison between two contemporary theoretical approaches for social movements that aim to understand the role of emotions and morality: Axel Honneth's theory of recognition and James Jasper's studies of "passionate politics". Through a literature review, we seek to identify the divergent and the convergent points between both of the formulations, indicating possibilities of interlocution.

Keywords: Social Movements; Collective Action; Emotions; Recognition.

Résumé

Surmonter la raison utilitaire: la morale et les émotions dans la lutte sociale

L'article vise une comparaison entre deux approches théoriques contemporaines des mouvements sociaux qui visent à comprendre le rôle des émotions et de la moralité: la théorie de la reconnaissance d'Axel Honneth et les études de "politique passionnée" de James Jasper. En faisant une revue de la littérature, nous visons à identifier les points divergents et convergents entre les deux formulations, en indiquant des possibilités d'interlocutions.

Mots-clés: Mouvements sociaux; Action collective; Émotions; Reconnaissance.